

PLANO

INTRODUÇÃO

I – SEGURANÇA, ESTADO E COMUNIDADE INTERNACIONAL

CAPÍTULO I – SEGURANÇA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO II – SEGURANÇA, COMUNIDADE INTERNACIONAL E DIREITO
INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO III – TEORIA JURÍDICO-POLÍTICA DA SEGURANÇA

II – SEGURANÇA, DIREITO ESTADUAL E DIREITO SUPRAESTADUAL

CAPÍTULO IV – DIREITO DA SEGURANÇA, ENCICLOPÉDIA JURÍDICA E CIÊNCIA
DO DIREITO

CAPÍTULO V – AS FONTES DO DIREITO DA SEGURANÇA

CAPÍTULO VI – DIREITO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA

CAPÍTULO VII – DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA

CAPÍTULO VIII – DIREITO EUROPEU DA SEGURANÇA

III – SEGURANÇA E CIDADANIA – DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA

CAPÍTULO IX – ESTADO-COMUNIDADE E DIREITO FUNDAMENTAL
À SEGURANÇA

CAPÍTULO X – SEGURANÇA COMO LIMITE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

IV – SEGURANÇA E SOBERANIA – SEGURANÇA NACIONAL

CAPÍTULO XI – ESTADO-PODER E SEGURANÇA NACIONAL

CAPÍTULO XII – DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO XIII – SEGURANÇA INTERNA E FORÇAS POLICIAIS

CAPÍTULO XIV – SEGURANÇA DO ESTADO E SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

CAPÍTULO XV – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E PROTEÇÃO CIVIL

V – SEGURANÇA E COSMOPOLITISMO – PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XVI – DIREITO INTERNACIONAL DA PAZ

CAPÍTULO XVII – DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

CAPÍTULO XVIII – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

CAPÍTULO XIX – DIREITO INTERNACIONAL PENAL

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA	9
PLANO	13
INTRODUÇÃO	
1. O tema deste livro	15
2. A sistematização da obra	16
I – SEGURANÇA, ESTADO E COMUNIDADE INTERNACIONAL	
CAPÍTULO I – SEGURANÇA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO	
§ 1º Poder Político e Organização do Estado	
3. Poder político e estruturas jurídico-públicas	23
4. Estado e Direito Constitucional	25
§ 2º Idade Contemporânea e Constitucionalismo	
5. O Estado Contemporâneo como Estado Constitucional	33
6. O Constitucionalismo Liberal do século XIX	39
7. O Constitucionalismo Democrático e Social do século XX	41
§ 3º Crise, Estado Pós-Contemporâneo e Segurança	
8. As crises do Estado Contemporâneo e o Estado Pós-Contemporâneo: o novo paradigma da “incerteza”	45
9. A crise do Estado Social e a Regulação da Economia	47
10. A crise do Estado Democrático e a nova Democracia de Participação	49
11. A crise do Estado Nacional e a Globalização	50
12. A crise do Estado Seguro e o Risco	52

**CAPÍTULO II – SEGURANÇA, COMUNIDADE INTERNACIONAL
E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

**§ 4º Comunidade Internacional e Direito Internacional na sua
Evolução Histórico-Política**

13. Poder político e membros da Comunidade Internacional	59
14. O Direito Internacional Público	61
15. Periodificação da evolução do Direito Internacional Público	65
16. O atual período contemporâneo do Direito Internacional Público	67

§ 5º Segurança, Globalização e Comunidade Internacional de Risco

17. A Comunidade Internacional e as suas relações; a Globalização como novo pressuposto	71
18. Os conflitos internacionais e a Segurança	72
19. A novidade da Segurança Humana	74
20. A Comunidade Internacional de Risco e as suas ameaças	77

CAPÍTULO III – TEORIA JURÍDICO-POLÍTICA DA SEGURANÇA

§ 6º A Elaboração da Ideia de Segurança

21. Conceito e classificações de Segurança	89
22. O progressivo alargamento do conceito de Segurança	93
23. A Segurança na Filosofia Política	95
24. A Segurança na Teoria do Estado e do Estado	100

§ 7º Os Desafios Políticos da Segurança

25. Os novos rumos da Política de Segurança	103
26. Segurança centralizada ou segurança partilhada?	105
27. Segurança setorial ou segurança integrada?	106
28. Segurança unilateral ou segurança cooperativa?	108
29. Segurança pública ou segurança privada?	109

**II – SEGURANÇA, DIREITO ESTADUAL E DIREITO
SUPRAESTADUAL**

**CAPÍTULO IV – DIREITO DA SEGURANÇA, ENCICLOPÉDIA JURÍDICA
E CIÊNCIA DO DIREITO**

§ 8º O Direito da Segurança na Enciclopédia Jurídica

30. O Direito da Segurança: conceito e terminologia	119
---	-----

31. A delimitação do Direito da Segurança	120
32. As características do Direito da Segurança	122
33. Os princípios do Direito da Segurança; o princípio da necessidade em especial	124

§ 9º O Direito da Segurança na Ciência do Direito

34. A Ciência do Direito da Segurança	128
35. As Ciências Afins e Auxiliares do Direito da Segurança	131
36. O ensino e a investigação do Direito da Segurança	133
37. Os elementos de estudo do Direito da Segurança	136

CAPÍTULO V – AS FONTES DO DIREITO DA SEGURANÇA

§ 10º As fontes do Direito em geral

38. As fontes de Direito jurídico-públicas	143
39. Outras fontes de Direito: costume e jurisprudência	146
40. As relações entre fontes de Direito	153
41. Os critérios de resolução das relações antinómicas	155
42. A hierarquia dos atos jurídico-públicas e das fontes de Direito	159

§ 11º As fontes do Direito da Segurança

43. A função constitucional e os atos constitucionais; a declaração do estado de exceção	162
44. A função legislativa e os atos legislativos	163
45. A intervenção legislativa no Direito Legal da Segurança: centralidade estadual e parlamentar; árdua codificação parcial	167
46. A função política e os atos políticos; os atos políticos de segurança	174
47. A função administrativa e os regulamentos administrativos; os regulamentos de polícia	176

CAPÍTULO VI – DIREITO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA

§ 12º A Constituição da Segurança

48. A Constituição da República Portuguesa como “Constituição da Segurança”	183
49. A “segurança” na Constituição Portuguesa: polissemia significativa e assimetria regulativa	185

§ 13º A Evolução da Constituição da Segurança na III República

50. As revisões constitucionais em matéria de segurança	188
---	-----

51. A versão originária da Constituição de 1976	189
52. A primeira revisão constitucional de 1982	191
53. A segunda revisão constitucional de 1989	193
54. A terceira revisão constitucional de 1992	195
55. A quarta revisão constitucional de 1997	196
56. A quinta revisão constitucional de 2001	199

CAPÍTULO VII – DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA

§ 14º Segurança Global e Direito Internacional

57. Paz e segurança no Direito Internacional Público	209
58. A delimitação do Direito Internacional da Segurança	210
59. Desenvolvimentos recentes: combate ao terrorismo e cooperação policial	212

§ 15º Portugal e o Direito Internacional da Segurança

60. Os princípios retores das relações internacionais portuguesas	217
61. A resolução pacífica dos conflitos internacionais num sistema de segurança coletiva; a amizade com os países de língua portuguesa	219
62. O direito de legítima defesa contra agressões externas	221
63. A cooperação de Portugal na segurança internacional	222
64. O papel de Portugal na segurança do mar e na repressão da pirataria marítima	226

§ 16º Portugal e o Direito Internacional Penal

65. A opção pela cláusula geral de receção do Estatuto de Roma na V revisão constitucional de 2001	229
66. O impacto do Estatuto de Roma na reforma do Direito Penal	236
67. Tópicos de “divergência” entre o Estatuto de Roma e a Constituição Portuguesa	244

CAPÍTULO VIII – DIREITO EUROPEU DA SEGURANÇA

§ 17º Segurança Partilhada e Integração Europeia

68. A cooperação europeia em matéria de segurança em geral	253
69. A segurança na União Europeia em especial	256
70. A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa	261
71. O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça; a Estratégia de Segurança Interna	266

§ 18º Portugal e o Direito Europeu da Segurança

- | | |
|---|-----|
| 72. A receção do Direito da Segurança da União Europeia
na Constituição Portuguesa | 274 |
| 73. A participação de Portugal nos programas europeus de segurança | 276 |

**III – SEGURANÇA E CIDADANIA – DIREITO FUNDAMENTAL
À SEGURANÇA****CAPÍTULO IX – ESTADO-COMUNIDADE E DIREITO
FUNDAMENTAL À SEGURANÇA****§ 19º O Reconhecimento Juspositivo do Direito Fundamental
à Segurança**

- | | |
|--|-----|
| 74. A proteção constitucional da pessoa humana pelos direitos fundamentais | 283 |
| 75. A configuração conceptual dos direitos fundamentais | 285 |
| 76. Segurança e Dignidade da Pessoa Humana | 287 |
| 77. O direito à segurança como direito humano internacional e europeu | 291 |
| 78. O direito à segurança como direito fundamental constitucional | 293 |

**§ 20º A Construção Dogmático-Constitucional do Direito
Fundamental à Segurança**

- | | |
|--|-----|
| 79. O direito à segurança como direito fundamental e como direito,
liberdade e garantia | 296 |
| 80. A titularidade do direito à segurança | 297 |
| 81. O objeto do direito à segurança | 298 |
| 82. O conteúdo do direito à segurança | 299 |
| 83. A tutela do direito à segurança | 300 |
| 84. A natureza do direito à segurança | 303 |

**CAPÍTULO X – SEGURANÇA COMO LIMITE AOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS****§ 21º Segurança e Restrição de Direitos Fundamentais**

- | | |
|---|-----|
| 85. Sentido e função da restrição infraconstitucional | 309 |
| 86. O regime organizatório da restrição – intervenção parlamentar
e autorização constitucional | 312 |
| 87. O regime material da restrição – os princípios aplicáveis | 313 |
| 88. O regime teleológico da restrição – os bens que a justificam | 316 |
| 89. O regime subjetivo da restrição – as restrições de certos grupos | 319 |

90. A segurança como bem coletivo que fundamenta restrições	324
---	-----

§ 22º Segurança e Suspensão de Direitos Fundamentais

91. A suspensão de direitos fundamentais em estado de exceção constitucional	327
92. As fontes normativas do regime do estado de exceção	333
93. Os pressupostos do estado de exceção	335
94. A decretação do estado de exceção; as vicissitudes da execução e da extinção	337
95. Os efeitos do estado de exceção	345
96. O controlo do estado de exceção	348
97. Monismo ou dualismo no estado de exceção?	350

§ 23º Segurança e Limitação ao Exercício de Direitos Fundamentais

98. A cláusula geral do art. 29º, nº 2, da Declaração Universal dos Direitos do Homem	353
99. Os limites internos e a preservação da “...ordem pública (...) numa sociedade democrática”	355
100. Os limites externos e a colisão do direito à segurança com outros direitos fundamentais	356
101. Os direitos fundamentais absolutos como limite aos limites do exercício de direitos fundamentais?	357

IV – SEGURANÇA E SOBERANIA – SEGURANÇA NACIONAL

CAPÍTULO XI – ESTADO-PODER E SEGURANÇA NACIONAL

§ 24º A Edificação da Segurança Nacional

102. A “Segurança Nacional” como conceito integrado	365
103. Os elementos categoriais da Segurança Nacional	367
104. A Segurança Nacional na Teoria das Funções do Estado	369
105. A Segurança Nacional na Teoria da Organização Administrativa	371

§ 25º A Segurança Nacional no Direito Português

106. Os equívocos constitucionais da “Defesa Nacional” como “Segurança Nacional”	373
107. A constitucionalização “implícita” e “esparça” da Segurança Nacional	376
108. A evolução da segurança nas Constituições Portuguesas	379
109. As insuficiências do “Sistema Nacional de Gestão de Crises”	382

CAPÍTULO XII – DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS**§ 26º O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas**

110. A revisão constitucional de 1982 e a estrutura das Forças Armadas; as revisões constitucionais subsequentes	387
111. As revisões constitucionais de 1982 e de 1997 e o regime da prestação dos serviços cívico e militar	392
112. Da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas de 1982 à atual Lei de Defesa Nacional de 2009	394
113. As fontes normativas do Direito Militar	397

§ 27º A Função de Defesa Militar

114. Defesa Nacional e segurança da República	400
115. As Forças Armadas como “defesa militar da República”	403
116. As missões específicas das Forças Armadas no âmbito externo	407
117. As missões específicas das Forças Armadas no âmbito interno	409
118. Defesa Nacional e segurança não militar da República	412
119. Os princípios retores das Forças Armadas	413

§ 28º O Sistema de Defesa Nacional

120. A Política de Defesa Nacional; o conceito estratégico de Defesa Nacional	415
121. Os órgãos da Política de Defesa Nacional	419
122. Os órgãos de soberania com competência em matéria de Defesa Nacional	420
123. O Presidente da República na Defesa Nacional e nas Forças Armadas; a competência para o uso da força militar	422
124. Os órgãos administrativos com competência em matéria de Defesa Nacional	425

§ 29º A Organização das Forças Armadas

125. A estrutura das Forças Armadas	432
126. O Estado-Maior-General das Forças Armadas	434
127. Os ramos das Forças Armadas	435

§ 30º Os Militares das Forças Armadas

128. A condição militar dos militares das Forças Armadas	439
129. As restrições de direitos fundamentais dos militares	441
130. Os direitos e os deveres dos militares	445
131. O Direito Militar Disciplinar	450

132. O Direito Militar Penal e Processual Penal; a justiça militar não penal	458
133. O Direito Militar Penal: os “crimes estritamente militares”	462
134. O Direito Militar Processual Penal: os “juízes militares”; os tribunais militares em tempo de guerra	466

§ 31º A Defesa da Pátria

135. O dever fundamental de defender a Pátria	473
136. Defesa da Pátria e dever de resistência	476
137. Defesa da Pátria e serviço militar	477
138. Defesa da Pátria e mobilização e requisição no interesse da Defesa Nacional	483
139. Objeção de consciência perante o serviço militar	486
140. O serviço cívico; o estatuto dos objetores de consciência	492

§ 32º O Estado de Guerra

141. Estado de guerra e Direito Público	496
142. O Direito Constitucional e Legal da Guerra	498
143. O pressuposto do estado de guerra	501
144. O procedimento de declaração do estado de guerra	509
145. Os efeitos do estado de guerra	512
146. Estado de guerra e estado de exceção constitucional	517

CAPÍTULO XIII – SEGURANÇA INTERNA E FORÇAS POLICIAIS

§ 33º O Direito da Segurança Interna

147. A “escassa” relevância constitucional da segurança interna através da “Polícia”	531
148. A Lei de Segurança Interna de 2008	533
149. As fontes normativas do Direito Policial	536

§ 34º A Função de Segurança Policial

150. As aceções do sentido de “polícia”; modalidades de polícia administrativa; a polícia de investigação criminal	539
151. Segurança interna e função policial na Constituição: a ordem pública como conceito constitucional indireto	543
152. Segurança interna e função policial na Lei de Segurança Interna: a ordem pública como conceito legal	548
153. As forças e os serviços de segurança de natureza policial e o âmbito da segurança interna	550
154. A manutenção da ordem pública	553

155. A prevenção e a repressão da criminalidade	556
156. A investigação criminal	557
157. Os princípios retores da Segurança Interna	559

§ 35º O Sistema de Segurança Interna

158. A “Política de Segurança Interna” e o “Sistema de Segurança Interna”: realidades antinómicas?	563
159. Os órgãos políticos da Segurança Interna	565
160. Os órgãos e os serviços administrativos da Segurança Interna	567

§ 36º As Forças e os Serviços de Segurança

161. Os princípios organizatórios das forças policiais	573
162. A organização e a atuação das forças policiais: sistemas policiais e modelos de policiamento	574
163. A utilização da videovigilância em locais públicos pelas forças e serviços de segurança	579
164. O sentido da distinção entre as “forças” e os “serviços” de segurança	584
165. A tipologia das forças e dos serviços de segurança	588
166. A Guarda Nacional Republicana	590
167. A Polícia de Segurança Pública	593
168. A Polícia Judiciária	596
169. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	598
170. A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	601
171. O Corpo de Guarda Prisional	604
172. O policiamento do mar: o Sistema de Autoridade Marítima, a Autoridade Marítima Nacional e a Polícia Marítima	606
173. O policiamento do ar: a Autoridade Aeronáutica Nacional e a Autoridade Nacional da Aviação Civil	611

§ 37º Os Agentes das Forças e dos Serviços de Segurança

174. A disparidade de estatutos funcionais e disciplinares	617
175. A condição militar equiparada dos militares da Guarda Nacional Republicana	618
176. A condição militarizada do pessoal da Polícia Marítima	621
177. A condição policial dos agentes da Polícia de Segurança Pública	624
178. O estatuto comum adaptado dos funcionários públicos aplicável a agentes dos serviços de segurança	628
179. Aspetos estatutários comuns; a coação policial e o uso de arma de fogo pela polícia	632

§ 38º As Medidas de Polícia

- | | |
|--|-----|
| 180. A intervenção policial e as medidas de polícia | 639 |
| 181. As medidas de polícia na Constituição, na Lei de Segurança Interna e noutra legislação de segurança interna | 641 |
| 182. Os princípios constitucionais e legais das medidas de polícia | 644 |
| 183. As modalidades das medidas de polícia; as medidas especiais de polícia; a competência para a sua decretação | 649 |

§ 39º A Investigação Criminal

- | | |
|---|-----|
| 184. Investigação criminal, justiça penal e segurança interna | 654 |
| 185. A Lei da Organização da Investigação Criminal | 656 |
| 186. Os órgãos de polícia criminal | 658 |
| 187. O Sistema Integrado de Informação Criminal; a identificação criminal | 664 |

§ 40º O Combate ao Terrorismo

- | | |
|---|-----|
| 188. A resposta de Portugal contra o terrorismo; a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo | 670 |
| 189. As principais leis de combate ao terrorismo | 673 |
| 190. A colaboração entre estruturas de segurança; a Unidade de Coordenação Antiterrorismo | 677 |

CAPÍTULO XIV – SEGURANÇA DO ESTADO E SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES**§ 41º O Direito da Produção de Informações**

- | | |
|---|-----|
| 191. O estatuto constitucional “tardio” e “minimalista” da Produção de Informações | 683 |
| 192. A evolução histórico-legislativa da atividade de informações | 685 |
| 193. A Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa de 1984 e as suas alterações subsequentes | 689 |
| 194. A Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa de 2007 | 691 |
| 195. As fontes normativas do Direito da Produção de Informações | 693 |

§ 42º A Função de Inteligência de Estado

- | | |
|--|-----|
| 196. Segurança do Estado, atividade de informações e Estado de Direito | 695 |
| 197. A delimitação das informações de Estado | 699 |
| 198. O ciclo da produção de informações e as suas missões | 703 |
| 199. Os princípios da produção de informações | 706 |

§ 43º O Sistema de Informações da República Portuguesa

200. A Política de Informações da República Portuguesa	710
201. Modelos estrangeiros de serviços de informações	711
202. A Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa	713
203. O Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa	718
204. As estruturas comuns	723
205. O Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	725
206. O Serviço de Informações de Segurança	727
207. Aspetos organizatórios gerais	729
208. O processamento de dados nos serviços de informações	731
209. As informações militares e o Centro de Informações e Segurança Militares	735

§ 44º Os Agentes de Informações

210. O estatuto dos agentes de informações	739
211. As restrições de direitos fundamentais dos agentes de informações	740
212. A carreira dos agentes de informações e o seu regime disciplinar	742
213. Os meios de atuação dos agentes de informações	745
214. O acesso aos metadados pelos agentes de informações	748
215. Os deveres especiais dos agentes de informações	753
216. O dever de transparência em particular	756

§ 45º A Fiscalização da Produção de Informações

217. A fiscalização dos serviços de informações em geral	761
218. O Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa como principal órgão de fiscalização	764
219. O papel restrito da Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa	770

§ 46º O Segredo de Estado

220. Transparência e segredo em Estado de Direito	774
221. Segredo de Estado e Democracia Constitucional	776
222. Evolução das fontes normativas do regime do segredo de Estado	779
223. Objeto do segredo de Estado	785
224. Conteúdo e duração do segredo de Estado	791
225. Decretação e fundamentação do segredo de Estado	793
226. Extinção do segredo de Estado	796
227. Violação e tutela do segredo de Estado	799

228. A Entidade de Fiscalização do Segredo de Estado e os mecanismos de controlo	802
--	-----

§ 47º A Segurança da Informação Classificada

229. Informação comum, informação classificada, informação sensível e segredo de Estado	808
230. Os regimes da segurança das matérias classificadas	810
231. As autoridades da informação classificada	818

CAPÍTULO XV – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E PROTEÇÃO CIVIL

§ 48º O Direito da Proteção Civil

232. O estatuto constitucional “residual” da Proteção Civil	825
233. A Lei de Bases da Proteção Civil de 2006; outra legislação estrutural	826
234. As fontes normativas do Direito da Proteção Civil	828

§ 49º A Função de Proteção Civil

235. Proteção Civil e prevenção, socorro e emergência	830
236. As características da proteção civil; a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva	833
237. O âmbito territorial da proteção civil	834
238. Os princípios da proteção civil	836

§ 50º O Sistema de Proteção Civil

239. A Política Nacional de Proteção Civil e os seus órgãos	838
240. A estrutura multinível da proteção civil continental; a Autoridade Nacional de Proteção Civil	840
241. As situações de crise de proteção civil: alerta, contingência e calamidade	843
242. O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	850
243. O Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores	857
244. O Sistema de Proteção Civil da Madeira	858
245. A proteção civil municipal	860

§ 51º Os Agentes de Proteção Civil

246. Os agentes de proteção civil; o dever geral de cooperação	863
247. Os bombeiros	866
248. Os corpos de bombeiros	868
249. As associações humanitárias de bombeiros; a Liga dos Bombeiros Portugueses	872
250. A colaboração especial das Forças Armadas e das forças e dos serviços de segurança	874

§ 52º Intervenções Específicas de Proteção Civil

251. A prevenção e o combate aos incêndios florestais/rurais; os incêndios em edifícios	877
252. O planeamento civil de emergência	882
253. A emergência médica	886
254. A busca e o salvamento marítimo e aéreo	889

§ 53º A Segurança Policial Municipal

255. A legislação sobre polícias municipais	892
256. A criação administrativa facultativa das polícias municipais	894
257. Natureza, organização e funcionamento das polícias municipais; as polícias municipais de Lisboa e do Porto	895
258. Os agentes das polícias municipais	898

§ 54º A Segurança Privada

259. A Lei da Atividade de Segurança Privada de 2013; outra legislação de segurança privada; a Lei da Atividade de Guarda-Noturno	900
260. A segurança privada como atividade subsidiária e complementar da segurança pública	902
261. Objeto e âmbito da segurança privada	904
262. As entidades que prestam serviços de segurança privada	905
263. A imposição de medidas de segurança para prevenir crimes	907
264. Pessoal e meios da atividade de segurança privada	909
265. Fiscalização e tutela sancionatória da segurança privada ilícita	912
266. A atividade de guarda-noturno	914

§ 55º A Segurança Cibernética (CiberSegurança)

267. Ciberespaço, Ciberdireito e Cibersegurança	918
268. A proteção dos dados pessoais informatizados pelos direitos fundamentais	921
269. O combate às ciberameaças: a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço e a Orientação Política para a Ciberdefesa	927

§ 56º A Segurança Rodoviária

270. As fontes legislativas do Direito Rodoviário; o Código da Estrada	932
271. O Programa Europeu e a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária	934
272. A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	936

§ 57º Outras Dimensões da Segurança Comunitária

273. A segurança dos espetáculos desportivos	940
--	-----

274. As segurança das infraestruturas críticas	943
275. A segurança na saúde e no trabalho	947
276. A segurança ambiental	949
277. A segurança energética	952
278. A segurança biológica (biossegurança)	954

V – SEGURANÇA E COSMOPOLITISMO – PAZ E SEGURANÇAINTERNACIONAIS

CAPÍTULO XVI – DIREITO INTERNACIONAL DA PAZ

§ 58º A Resolução Pacífica das Controvérsias Internacionais

279. As vias de resolução das controvérsias internacionais e a preferência pelos meios pacíficos	961
280. A resolução política das controvérsias internacionais	963
281. A resolução jurisdicional das controvérsias internacionais	964
282. A crescente judicialização da repressão da ilicitude internacional	967

§ 59º O Direito Humano à Paz

283. A proteção jurídico-internacional da pessoa humana	970
284. Sempre o ideal da Paz: a <i>Paz Perpétua</i> de Immanuel Kant	974
285. O direito humano à paz como direito de 5ª geração	975

CAPÍTULO XVII – DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

§ 60º A Condenação Internacional da Guerra

286. A evolução ético-doutrinal sobre a licitude da guerra	981
287. A proscricção normativo-internacional do uso da guerra	984

§ 61º A Preservação da Segurança Internacional pela Organização das Nações Unidas

288. A intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas	992
289. As sanções aplicáveis	994
290. As operações de paz	997
291. A exceção da legítima defesa internacional	1002

CAPÍTULO XVIII – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

§ 62º A Evolução do Direito Internacional Humanitário

292. As diversas fases e a importância da Cruz Vermelha Internacional	1009
---	------

293. O Direito da Haia (1ª fase)	1011
294. O Direito de Genebra (2ª fase)	1012
295. O Direito de Nova Iorque (3ª fase)	1014

§ 63º O Aprofundamento do Direito Internacional Humanitário

296. Os princípios fundamentais	1016
297. A questão da ingerência humanitária; a responsabilidade de proteger	1017

CAPÍTULO XIX – DIREITO INTERNACIONAL PENAL

§ 64º O Desenvolvimento da Responsabilidade Penal Internacional

298. A afirmação progressiva da responsabilidade penal internacional	1021
299. A primeira fase: as jurisdições estaduais penais	1023
300. A segunda fase: os Tribunais Militares Internacionais de Nuremberga e de Tóquio	1025
301. A terceira fase: o longo trabalho político-doutrinário de formulação substantiva de novos crimes internacionais	1030
302. A quarta fase: os tribunais internacionais <i>ad hoc</i> para a ex-Jugoslávia e Ruanda; alguns tribunais estaduais internacionalizados	1033
303. A quinta fase: o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	1040
304. Traços fundamentais da responsabilidade penal internacional	1044

§ 65º O Tribunal Penal Internacional

305. O Estatuto de Roma	1046
306. Os crimes previstos e as penas aplicáveis	1050
307. O âmbito da jurisdição penal e a articulação com as jurisdições nacionais	1053
308. Apreciação crítica do Tribunal Penal Internacional	1057

ÍNDICES

ÍNDICE JURISPRUDENCIAL	1063
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	1065
ÍNDICE GERAL	1143